

"Art. 20 (...)

& 1° (...).

§ 2º Todos os solicitantes com deficiência e transtorno mental deverão se submeter a uma avaliação diagnóstica, da qual resultará a emissão de um Laudo de Avaliação Diagnóstica que comprovará ou não o seu enquadramento nos critérios diagnóstico de concessão, no qual para os casos de Transtorno Mental será necessário ainda:

- a) Assiduidade nas unidades de apoio comprovados através de "ponto" a cada 60 dias.
- b) Reavaliação a cada 180 dias, sob pena da perda do Passe Social.
- Art. 4º Fica alterado o art. 23 do Decreto Municipal nº 020/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação.
- "Art. 23. Os usuários serão convocados a cada 02(dois) anos para se submeter a uma nova perícia ou avaliação diagnóstica de revisão, salvo os portadores de transtorno mental, cujo prazo será de 180 dias e ainda, apresentar novo atestado médico, com vistas a confirmar seu enquadramento nos critérios diagnósticos de concessão."
- Art. 5°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

 GABINETE DO PREFEITO, em 30 de novembro de 2012.

RIVERTON MUSSI RAMOS

Prefeito